

Resenha

Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação

Julio Cesar Godoy Bertolin*

A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* não é nenhuma novidade no Brasil. Desde a segunda metade da década de 1970, com a criação do sistema de avaliação da pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) planeja, desenvolve e implementa processos avaliativos de forma sistemática para os programas e cursos de mestrado e doutorado de todo o país. Nas primeiras edições a avaliação realizada pela Capes já possuía um conceito relativamente centralizador, baseado na coleta de dados e na visita de comissões de consultores; porém, diferentemente do modelo atual, a utilização dos resultados era interna e restrita e não existia um modelo amplamente padronizado. Com as transformações ocorridas na educação superior a partir da “onda” neoliberal da década de 1990, tais como a emergência do “Estado avaliador” e da mercantilização da educação, a avaliação do *stricto sensu* no país sofreu mudanças importantes no sentido de ampliar o caráter controlador e de gerar um sistema classificatório dos programas. Assim, a mensuração mais

intensa da produtividade dos programas por meio do instrumento de estratificação da qualidade da produção intelectual (Qualis), a padronização dos critérios e indicadores entre as diferentes áreas do conhecimento e a valorização do produto em detrimento do processo com a divulgação dos resultados em *rankings*, reforçaram a concepção, preponderantemente regulatória, quantitativa e produtivista da avaliação da Capes nos últimos anos.

Para discutir essas questões conceituais e também aspectos das mudanças na operacionalização da avaliação do *stricto sensu*, o livro *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação* traz uma coletânea de artigos que remete “ao âmago dos processos avaliativos que caracterizaram uma das mais importantes faces de atuação da Capes, mormente quando da sua redefinição no final dos anos de 1990” (BIAN-

* Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: julio@upf.br

Recebido: 28/09/2012 – Aprovado: 5/11/2012

CHETTI; SGUISSARDI, 2009, p. xii). O livro conta com seis textos, um de apresentação, que é inédito, e cinco capítulos que foram publicados em revistas científicas de alto nível da área de educação. Os autores propõem o livro como um alerta acerca da premência da adequação do sistema de avaliação de forma a possuir, ao mesmo tempo, as capacidades de ser crítico, mensurável e qualitativo e não ser submisso à lógica da competitividade do mercado, nem ao corporativismo que não reconhece a necessidade de avaliação séria e compromissada.

O primeiro texto, de autoria dos organizadores da obra, com o título “Desafios e dilemas da gestão e da avaliação da pós-graduação”, cumpre o papel de apresentar o livro por meio da demarcação do impacto significativo que teve a avaliação do biênio 1996-1997 para os envolvidos com a pós-graduação em educação. Tal avaliação, apontada como um divisor de águas, determinou a reclassificação e descredenciamento de alguns programas, evidenciou que a área da educação não publicava o suficiente e que não contava com um perfil epistemológico adequado. O texto relata a ocorrência de “réplicas” e “tréplicas” exaltadas em relação às mudanças e observa que, mesmo passados dez anos do episódio, ainda se buscava entender a real dimensão da imposição e coerção, por um lado, e adesão e colaboração, por outro, na nova sistemática. Antes de descrever os capítulos do livro, os autores destacam que a coletânea converge em relação à temática, com ênfase na análise das mudanças pelas quais passou o modelo de avaliação e suas repercussões, e em relação à inserção dos

coautores em instâncias da Capes, CNPq, Anped e nas coordenações de programas, todos, em algum momento, ocupando postos e desempenhando funções decisivas na conformação da pós-graduação em educação no Brasil.

No texto seguinte, capítulo 1 da obra, Lucídio Bianchetti trata sobre “Os dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico” por meio do resgate e da análise das atribuições dos docentes em função de coordenação. Inicialmente, o autor destaca a experiência de acompanhar a mudança paradigmática da pós-graduação brasileira de passagem do predomínio da “formação de professores” para a de “formação de pesquisadores” em meados da década de 1990. Na sequência, adentra no objeto principal de análise de seu texto, qual seja a realidade de um cotidiano na qual os coordenadores se sentem constantemente pressionados entre a dimensão acadêmica, por um lado, e dimensão administrativa, por outro. Após abordar a criação e a expansão da Capes e contextualizar a função de coordenação de programa, Lucídio destaca o contraste entre a ausência de estudos, trabalhos e reflexões sobre a importante ocupação do cargo e o grande e crescente número de manifestações sobre as dificuldades de ser coordenador, bem como a complexidade de mediação cotidiana entre docentes e pós-graduandos e a pouca autonomia existente para os coordenadores realizarem a gestão. Na conclusão, o autor propugna a necessidade de resgatar e constituir a Anped, mais particularmente o Forpred e os fóruns regionais, como espaços de formação de

coordenadores, assim como de destino de informações das avaliações realizadas, de indicação de nomes para compor comissões e de reflexão e problematização do desempenho do cargo de coordenador. Dessa forma, argumenta o autor, seria possível resgatar a dimensão acadêmico-pedagógica na práxis da coordenação dos programas tornando menos penoso o desempenho da função e revertendo as experiências dos docentes no cargo em mais benefícios coletivos.

O capítulo 2, de autoria de José Silvério Baia Horta, sob o título “Avaliação da pós-graduação: com a palavra os coordenadores de programas”, avalia a percepção dos coordenadores em relação ao modelo de avaliação utilizado pela Capes. Com base na “Coleta Capes” de 2004, o autor analisa as críticas e sugestões encaminhadas à Capes pelos coordenadores em cinco diferentes categorias: caráter homogeneizador do modelo, quantitativismo e produtivismo, ausência de dimensão social, inserção internacional e consequência da avaliação. No primeiro aspecto, caráter homogeneizador, Horta destaca que uma quantidade significativa de coordenadores se manifestou enfatizando a necessidade de ser considerada a especificidade de cada área e das diferentes regiões do país. No segundo aspecto analisado, a questão abordada observa a ênfase excessiva nos aspectos quantitativos do modelo de avaliação da Capes. Após exemplificar e confrontar com outros estudos as questões apontadas pelos coordenadores em relação à ausência da dimensão social, inserção internacional e as consequências do modelo da avaliação da pós-graduação vigente, o autor conclui

“passando a palavra” para a Capes e para as comissões de avaliação.

No capítulo 3, “A avaliação defensiva no ‘modelo Capes’ de avaliação”: é possível conciliar avaliação educativa com processo de regulação e controle do estado?” Valdemar Sguissardi realiza, inicialmente, uma revisão conceitual que diferencia a avaliação reguladora e controladora da avaliação diagnóstico-formativa, bem como retoma o processo de criação e instalação da Capes com seu primeiro modelo de avaliação. Na sequência, o autor descreve dados e observações baseadas num relatório de comissão de *experts* estrangeiros e de duas pesquisas de opinião sobre a avaliação desenvolvida pela Capes sobre os programas e cursos de *stricto sensu* do Brasil com vistas a responder a questão proposta no título do seu artigo. Dentre diversas questões destacadas no texto estão a lembrança de que o atual “sistema” de pós-graduação do país formalmente nasceu entre 1965 e 1970, sob a vigência de uma ditadura, e de que as primeiras avaliações baseavam-se especialmente nas visitas de comissões de consultores para aferir e contribuir no aperfeiçoamento dos programas e que o atual

“Modelo Capes de Avaliação” se caracteriza muito mais como um conjunto de procedimentos e de ações de regulação e controle para acreditação ou garantia pública de qualidade no interesse do estado e também da sociedade do que como um modelo típico de avaliação, no caso entendida como avaliação educativa ou diagnóstico-formativa (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009, p. 168).

Sguissardi conclui destacando que a avaliação da Capes não possui um norte conceitual educativo ou diagnóstico-formativo e que, portanto, talvez seja o momento de implementar formas de autoavaliação que garantam o logro de objetivos de qualidade próprios para a pós-graduação brasileira e não os estabelecidos por uma agência estatal com fins de regulação e financiamento.

No texto seguinte, capítulo 4, Acácia Z. Kuenzer e Maria Célia Marcondes de Moraes abordam os “Temas e tramas na pós-graduação em educação” por meio, em primeiro lugar, de uma revisão histórica da pós-graduação no Brasil e, em segundo, de uma reflexão acerca dos desafios teórico-metodológicos da pesquisa em educação. Os autores destacam que a pesquisa passou a ganhar maior relevância na pós-graduação do Brasil a partir do III PNPG (1986-1989), mas que o modelo de avaliação que de fato priorizou a pesquisa foi introduzido no biênio 1996-1997. O novo modelo, contudo, apresentou aspectos questionáveis, tais como uma exacerbação quantitativista e a indução de produtivismo baseado em “produtos requeridos”. Kuenzer e Moraes concluem manifestando a convicção de que sincretismos teóricos e metodológicos, relativismo e visão pragmatista comprometem a produção do conhecimento na área de educação no Brasil.

Por fim, no último capítulo, “O sistema Capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas”, José Silvério Baia Horta e Maria Célia Marcondes de Moraes relatam acontecimentos que marcaram as avaliações nos triênios 1998-2000 e 2001-

2003. A abordagem dos autores coloca em questão o modelo do “Sistema Capes de Avaliação” implementado a partir do biênio 1996-1997 por meio de relatos sobre formas de resistência e articulação da área da educação e da Grande Área das Ciências Humanas (GACH) para confrontar a supremacia das áreas hegemônicas no CTC.

Nesse sentido, considera-se que o presente livro é uma leitura imprescindível aos pesquisadores e profissionais da área educacional, especialmente aqueles que se debruçam na busca de respostas aos desafios enfrentados, a fim de melhorar a avaliação dos programas de mestrado e doutorado no Brasil.

Referência

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009.